

Arquivo/DN



Aldo Fernandes foi secretário geral do Estado no Governo de Rafael Fernandes que, durante três dias, foi substituído pelos comunistas no RN

Natal administrada por interventores federais

As agitações políticas e sociais da primeira metade da década de 30 repercutiram no Rio Grande do Norte de forma amplificada. Com a vitória da Revolução Liberal e a deposição do presidente Washington Luís, findava em nosso estado um ciclo de dominação política iniciado com a proclamação da República e a instauração da oligarquia dos Albuquerque Maranhão, da qual as expressões principais foram os presidentes (denominação dada na época aos governadores) Pedro Velho (o líder, falecido precocemente), Alberto Maranhão (dois mandatos), Ferreira Chaves e Tavares de Lira. Diretamente, ou através de prepostos, esse grupo, favorecido pelas "eleições a bico de pena", conduziu os destinos do estado até o início da década de 20, quando consolidou a sua força política, um coeso grupo de oligarquias familiares baseado no latifúndio agropastoril e no poder local. Essa confederação de oligarquias tinha sua expressão máxima na região do Seridó, de onde vinham suas principais lideranças, entre as quais se destacava no final da década, como seu incontestável coman-

dante, José Augusto Bezerra de Medeiros, várias vezes deputado geral (federal), senador e presidente (governador) no quadriênio 1924-1927, elegendo seu sucessor. José Augusto era um líder nato. Inteligente, bom orador, ameno no trato, sedutor, conciliador e sobretudo excelente articulador, detinha o comando político com suavidade, o que facilitava a coesão interna do partido e dificultava as ações da débil oposição. Seu sucessor, o também seridoense Juvenal Lamartine de Faria, tinha temperamento diverso. Culto, estudioso das questões econômicas da região, atualizado, com vocação mais dirigida para a ação administrativa que para a política, eleito para o quadriênio 1928-1931, realizou governo dinâmico, modernizador, estimulador da cultura e dos esportes, mantenedor da ordem pública. Criou o aeroclube, implantou campos de pouso no interior, abriu estradas, foi pioneiro dos direitos femininos, fazendo aprovar legislação estadual que concedia o direito de voto à mulher, pioneiro no país. O combate ao banditismo e ao cangaço, os excessos ocorridos e sua personalidade autoritária contribuíram para o crescimento da oposição, principalmente nos reductos locais, sendo seu principal líder o jornalista e advogado trabalhista João Café Filho. Deposto pela revolução liberal e exilado na Europa, Lamartine foi substituído por uma junta militar, em 5 de outubro de 1930.

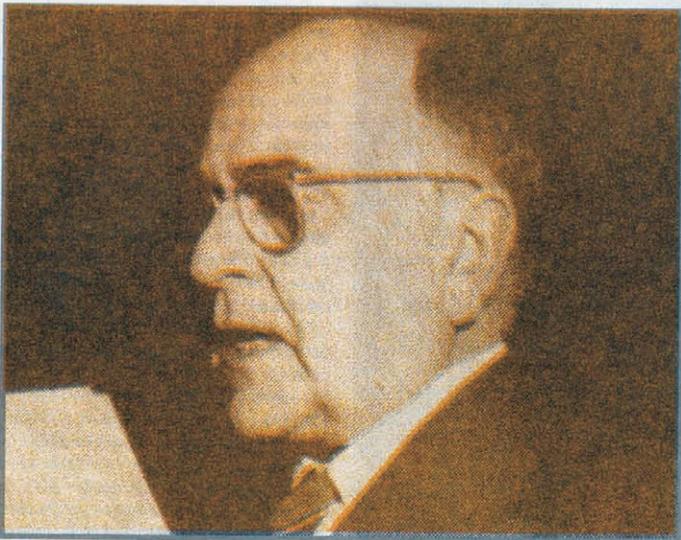
Entre 12 de outubro de 1930 e 29 de outubro de 1935, o Rio Grande do Norte teve cinco interventores nomeados pelo governo provisório, chefiado por Vargas. Essa rotatividade de curtos períodos contribuiu para a descontinuidade admi-

nistrativa e a instabilidade política. De 12 de outubro a 27 de novembro de 1930, Irineu Joffily, advogado e paraibano, cuja dupla condição provocou ciúmeira dos tenentes e dos políticos potigüares, resultando em desgaste e breve destituição. De 28 de novembro de 1930 a 2 de julho de 1931, Aluisio Moura, tenente do Exército e casado com natalense, seria depois chefe de polícia e comandante da polícia militar (1933/1934). De 3 de julho de 1931 a 10 de julho de 1932, o capitão da Marinha, Hercolino Cascardo, catariense, revolucionário de primeira hora, tenentista de orientação esquerdista e que seria um ano depois, fundador e presidente da Aliança Nacional Libertadora. De 11 de julho de 1932 a 1 de agosto de 1933, Bertino Dutra, capitão da Marinha e também casado com natalense, que governou no período da revolta constitucionalista paulista de 1932 e destituído de aptidão política. Finalmente, em 2 de agosto de 1933, assume o primeiro civil e norte-rio-grandense, Mário Leopoldo da Câmara, que veio com a missão específica de preparar o terreno para dar a vitória no estado, nas eleições de novembro de 1934 para Assembléia Estadual Constituinte, ao Governo Vargas. Filho de um prestigioso político de oposição da República Velha, o ex-deputado Augusto Leopoldo da Câmara, residindo há muitos anos no Rio de Janeiro e, portanto, afastado do radicalismo local, alto funcionário do Ministério da Fazenda, adquiriu a confiança de Vargas como seu chefe de gabinete naquele ministério no período de 1926/1927 e era seu oficial de gabinete na presidência quando de sua designação para a interventoria.

Entre outubro de 1930 e outubro de 1935, o RN teve cinco interventores nomeados pelo governo

Mário Câmara trazia orientação de Vargas, de aproximar-se de José Augusto e fazer uma composição com seu grupo político. Sua missão não parecia difícil. A grande maioria dos políticos da República Velha, gradualmente iniciou sua aproximação com o governo federal a partir de 1931. O Partido Popular fundado por José Augusto em janeiro de 1933, reunindo os antigos situacionistas, elegeu três dos quatro deputados norte-rio-grandenses à Assembléia Nacional Constituinte, que já haviam declarado apoio ao governo, inclusive à eleição indireta de Vargas para presidente constitucional que ocorreria em 17 de julho de 1934. Histórica fotografia do ato de fundação do partido, mostra na primeira fila o jovem estudante do Atheneu, Aluizio Alves, o qual, aos 11 anos, já demonstrava a mesma precocidade política que o fez deputado federal aos 21 anos e governador aos 39 anos. O novo interventor foi recebido com boa vontade pelo Partido Popular e pelo seu jornal A Razão e os entendimentos prosseguiram, estimulados pela demissão do chefe de polícia Café Filho, tradicional adversário do grupo oposicionista. O impasse estabeleceu-se quando Câmara concordou com a participação dos populistas no governo com a condição de formação de um novo partido que congregasse os dois grupos. Temerosos de entregar o comando político ao interventor, os líderes recusam a auto-extinção do seu Partido Popular e, apesar da intervenção direta de Vargas, Mário Câmara, estimulado pelos correligionários e picado pela "mosca azul", funda em julho de 34 o seu Partido Social De-

**A partir de abril de 1935,
com a vitória da oposição, o
ambiente político adquiriu
temperatura elevada**



O movimento revolucionário de 1935 tentava tirar do poder o presidente Getúlio Vargas

mocrático, coopta um deputado federal do PP, Francisco Martins Veras, articula os prefeitos (então nomeados pelo interventor) e reconcilia-se com Café Filho, formalizando uma coligação do PSD com o PSN, denominada Aliança Social. Estava dada a partida da mais radical das campanhas políticas de nosso estado e que, marcada pela paixão e pela violência, envolveu grande parte da oficialidade do Exército destacada no 21 BC.

A primeira manifestação de violência ocorreu precocemente, com o assassinato, em maio de 1934, cinco meses antes da eleição, do chefe oposicionista de Apodi, Francisco Pinto. Em agosto, durante comício do Partido Popular em Parelhas, houve tiroteio entre membros de ambas as facções, resultando em um morto e dois feridos. Em 13 de fevereiro de 1935, dias antes das eleições suplementares que foram realizadas em 39 secções eleitorais de 23 municípios, uma escolta da polícia militar com a missão de prender o agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador, baleou-o e causou sua morte, na fazenda Ingá, em Acari, provocando grande comoção e indignação no estado, com repercussão na imprensa e na Assembléia Nacional.

Durante toda a campanha eleitoral, que durou oito meses, foi notória a participação da maioria dos oficiais do 21 BC em apoio ao Partido Popular, um fiel retrato da indisciplina que reinava nos quartéis naquele período. Esse fato determinou uma disputa junto ao Ministério da Guerra, entre o interventor, com prestígio no gabinete presidencial e José Augusto, muito ligado às bancadas gaúcha e mineira. No entretanto, bem ao seu estilo, Vargas "cozinhou" os dois lados até o final do processo. Merece registro, por retratar muito bem o ambiente de boatos e intrigas, a solicitação do interventor ao comandante da região militar para a transferência de dez sargentos que supostamente também estariam apoiando a oposição "liberal". Curiosamente, quatro deles estiveram entre os mais destacados líderes do levante de novembro. As eleições realizaram-se em 14 de outubro de 1934 e tiveram a participação também

Fotos Arquivo/DN



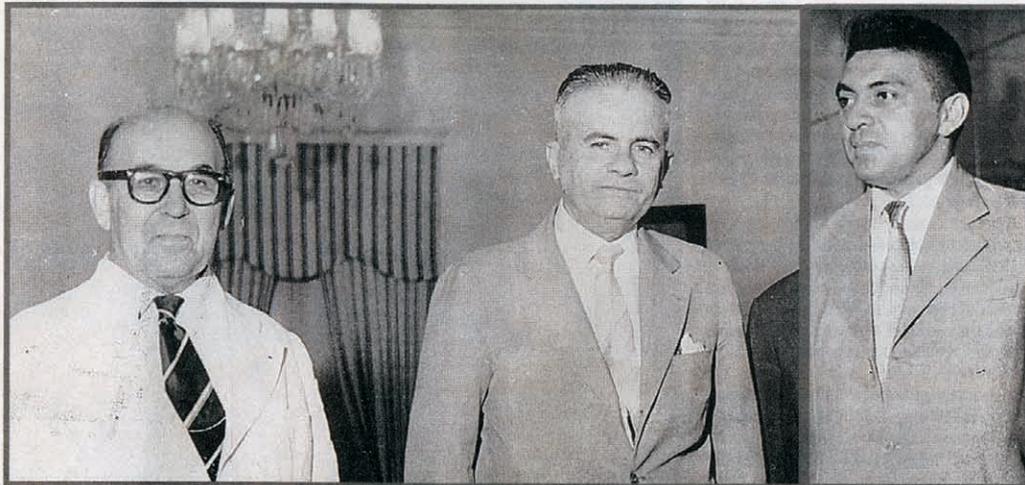
O potiguar Café Filho, sindicalista que foi acusado de atuar no movimento de 35

do Partido Comunista do Brasil (com chapa encabeçada por Lauro Reginaldo da Rocha, membro do Comitê Central Nacional e norte-rio-grandense) e da Ação Integralista Brasileira (encabeçada pelo advogado Otto de Brito Guerra). Um recurso da Aliança Social é acatado pelo TSE e eleições suplementares são realizadas em fevereiro de 1935. Somente em 16 de outubro de 1935, o Tribunal Superior Eleitoral proclamou o resultado final: o Partido Popular elegeu três dos cinco deputados federais (José Augusto, Ferreira de Souza - senador de 1946 a 1954 e Alberto Roselli) e a Aliança Social, dois (Café Filho e Martins Veras); dos 25 deputados federais, 14 eram do PP (entre eles, José Augusto Varela, governador de 1947 a 1950, Aldo Fernandes, futuro secretário-geral do estado e Maria do Céu Pereira, primeira parlamentar eleita no Brasil) e 11 da Aliança Social (entre eles Djalma Maranhão, várias vezes deputado federal no período de 1950 a 1974). Foi também marcada a data para a instalação da Assembléia e eleição indireta do Governador e dois senadores: 29 de outubro de 1935.

A partir do mês de abril, com a divulgação do resultado parcial das eleições, dando a vitória à oposição e a perspectiva da volta ao poder dos depositos em 1930 e com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora no mês de julho, o ambiente político adquiriu uma temperatura mais elevada. No interior do estado grupos civis armados, provocavam agitação e no Rio de Janeiro, o interventor usava o seu antigo prestígio na tentativa de virar o jogo: influir nas decisões do TSE ou cooptar dois dos deputados da oposição.

No quartel do 21 BC, a situação não era das mais calmas. Além dos baixos salários e más condições de trabalho, pairava sobre sargentos, cabos e soldados a ameaça de cumprimento de decreto presidencial que autorizava o ministério a dispensar aqueles que contassem com menos de dez anos de serviço e a reformar quem tivesse mais de vinte anos. Com o fechamento da ANL, os seus filiados, que eram muitos, ficaram sem um canal de expressão política e passaram a conspirar.

Fotos Arquivo/DN



Dr. Aldo Fernandes, ao lado do então governador Dinarte Mariz e do jornalista Wilson Oliveira

Desde 1926, as primeiras células do Partido Comunista em Natal começaram a atuar, sob a liderança dos sapateiros José Praxedes e Aristides Galvão e, em Mossoró, com Raimundo Reginaldo da Rocha. A partir de 1933, com a abertura política devido à convocação das eleições para a constituinte e a criação da Aliança Nacional Libertadora, os trabalhos de organização do partido se intensificaram, culminando com a Conferência Estadual realizada em abril de 1935, em Natal, quando foi formalmente eleita sua primeira direção, constituída pelos três já citados mais Francisco Moreira e Lauro Lago, então diretor da Casa de Detenção, a penitenciária estadual. Nesta reunião estiveram presentes João Batista Galvão, servidor público esta-

dual, em cuja residência de solteiro se realizavam a maioria das reuniões do partido, e José Macedo, funcionário do Departamento dos Correios. Seguindo orientação do Comitê Central e da Internacional Comunista, as ações do partido estavam direcionadas para três focos: o movimento operário (o PCB controlava a direção dos dois maiores sindicatos do estado, o dos estivadores de Natal e o dos salinheiros de Mossoró, além do sindicato dos sapateiros de Natal), o movimento camponês (havia movimento armado no campo, no Vale do Assu e em Areia Branca) e na área militar (eram membros do partido os sargentos Quintino Clementino de Barros e Eliziel Diniz Henriques e o cabo Giocundo Dias, que na década de 1980, seria secretário



O interventor Mário Câmara foi o responsável pela transmissão de cargo ao Cel. Liberato Barroso

geral do PCB). No 21 BC havia duas dezenas de sargentos e cabos aliancistas e com ligações com o partido e que conspiravam permanentemente. Entre março e novembro de 1935, estiveram em Natal, conspirando e aliciando oficiais e subalternos para um golpe armado com o objetivo de depor Vargas e implantar um regime militar, vários "tenentes" aliancistas: em março, o capitão Otacílio Lima, lotado no 29 BC de Recife e membro do PCB, vem a pretexto de viagem de inspeção e articula-se com sargentos do 21 BC; em julho, o capitão da marinha Roberto Sisson, ex-vice-presidente da ANL, com a mesma finalidade; também em julho, o tenente João Cabanas, legendário participante da Coluna Prestes, visita Natal e a região da guerrilha camponesa no Vale do Assu; em agosto, o capitão Silo Meireles, também do 29 BC e comunista.

Desde o mês de junho de 1935 encontrava-se em Natal, designado pelo comitê central do Partido Comunista, João Lopes, destacado membro do secretariado político, com a missão de assessorar a direção estadual e com a orientação de impedir o envolvimento do partido em aventura golpista. Recebeu do comitê central o codinome Santa e ficou em Natal até o dia 27 de novembro tendo importante papel nos acontecimentos.

Nos dias que sucederam a proclamação dos resultados eleitorais, a bancada oposicionista viajou para João Pessoa, onde foi recebida pelo governo paraibano, alegadamente por motivos de segurança, mas também com a finalidade de evitar a possibilidade, muito comentada na época, de cooptação de pelo menos dois deputados, o que inverteria o resultado da eleição indireta para 12 a 13.

Em 27 de novembro, o interventor Mário Câmara transmite o cargo ao Coronel Liberato Barroso, comandante interino do 21 BC e embarca no dia seguinte, de navio, para o Rio de Janeiro. Em 29 realiza-se a eleição indireta com o resultado esperado: Rafael Fernandes, ex-deputado federal e estadual, principal líder da política mossoroense, recebeu 14 votos e o desembargador Elviro Carrilho, candidato simbólico, 11 votos. Com a posse imediata, após exatos cinco anos, os grupos oligárquicos retomavam ao poder e como sempre acontecia, iniciava-se a revanche.

Em todo o estado foi iniciado o processo de substituição, não somente de prefeitos e delegados de polícia, mas em todos os níveis da administração, inclusive do ministério público, acirrando ainda mais os ânimos e fomentando a revolta. Houve um fato que envolveu um segmento específico do funcionalismo: a extinção da Guarda Civil e a demissão em massa de seus componentes. Criada por Mário Câmara, com seus componentes recrutados entre correligionários e, segundo a oposição, em muitos casos, com antecedentes de violência e até de criminalidade, a Guarda Civil, com desvio de funções, merecia um expurgo. No entanto, a demissão indiscriminada de três centenas de seus participantes, com a agravante de ter sido previamente anunciada, transformou parte dos demitidos em conspiradores e insulfadores da revolta dos descontentes subalternos do 21 BC, com sua demissão também anunciada. Finalmente, na sexta-feira, 22 de novembro, o secretário geral do estado determina a demissão, por motivos ideológicos, do diretor da Casa de Detenção e servidor da polícia civil, Lauro Lago (na realidade, membro do CC do PCB, mas não envolvido na conspiração). Os atores achavam-se na coxia, aguardando as três batidas convencionais para adentrar o palco.